

AMAZÔNICA E DESIGUALDADE REGIONAL COMO MEIOS DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Delaíde Silva Passos (UNICAMP)

dedehpassos@gmail.com¹

Resumo

Em outubro de 1940, Getúlio Vargas pronunciou o “Discurso do Rio Amazonas” em Manaus, constituindo um marco no debate sobre o desenvolvimento capitalista e a Amazônia brasileira. Neste artigo, temos o objetivo de trazer uma discussão sobre o conceito *desenvolvimento capitalista* na periferia para o contexto político nacional que permeia o início da colonização da região na Era Vargas (1930-1945). Notamos que tal projeto tinha o objetivo de incorporar este espaço ao capitalismo brasileiro e mundial, de modo que este cumprisse a função de fornecedor de matérias-primas e recursos estratégicos, surgindo como uma das últimas fronteiras para a valorização do capital. A percepção crítica do tempo histórico e dos agentes envolvidos nos fará compreender melhor um projeto tido como um marco na história da Amazônia brasileira.

Palavras-chaves: Amazônia, Colonização, Desenvolvimento Capitalista, Desigualdade Regional, Era Vargas.

Abstract

In October 1940, Getúlio Vargas pronounced the "Amazon River Speech" in Manaus, constituting a milestone in the debate on capitalist development and the Brazilian Amazon. In this article, we aim to bring a discussion about the concept of capitalist development in the periphery to the national political context that permeates the beginning of the colonization of the region in the Vargas Era (1930-1945). We note that such a project had the objective of incorporating this space into Brazilian and world capitalism, so that it fulfilled the role of supplier of raw materials and strategic resources, emerging as one of the last frontiers for the valorization of capital. The critical perception of historical time and the agents involved will make us better understand a project that has been a milestone in the history of the Brazilian Amazon.

Keywords: Amazon, Colonization, Capitalist Development, Regional Inequality, Era Vargas.

¹ Doutoranda no programa de Desenvolvimento Econômico na área de concentração de História Econômica pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas (UNICAMP).



INTRODUÇÃO

Em 10 de outubro de 1940, o presidente Getúlio Vargas pronunciou o “Discurso do Rio Amazonas” em Manaus, constituindo um marco no debate sobre o desenvolvimento capitalista e a Amazônia brasileira, posto que esta foi a primeira declaração do governo federal a respeito do atraso, do isolamento e da baixa densidade demográfica daquela região do país. Até este momento, a Amazônia era vista de uma forma romântica, como um simples espaço pouco habitado e uma terra intocada. Contudo, após o presente pronunciamento as riquezas deste bioma passam a ser percebidas como fontes de exploração, isto é, instrumentos que poderiam contribuir para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. O presidente Getúlio Vargas procurou valorizar a Amazônia, tornando-a uma peça fundamental da sua agenda, conforme enaltecia suas riquezas como fontes do progresso nacional.

Neste artigo, temos o objetivo de entender os limites da concepção de desenvolvimento que buscou transformar a Amazônia em um instrumento para o avanço do capitalismo brasileiro durante o primeiro governo Vargas (1930-1945). Acreditamos que o sentido escolhido para esta pesquisa seja importante, uma vez que em 1940 tivemos um marco na colonização da Hiléia brasileira com o discurso citado. Temos como hipótese que o projeto de desenvolvimento capitalista que incorporava a Amazônia enquanto parte do processo, apesar de levar em conta nossa dependência em relação ao capital internacional, como bem poderemos identificar em alguns discursos, este não tinha dimensão da força dos aspectos que estruturam e fortificam o subdesenvolvimento do espaço a ser estudado. Acreditamos que apesar de termos tido de forma mais expressiva um posicionamento mais nacionalista por parte do governo e de suas lideranças, as decisões políticas contribuíram para aprofundar as desigualdades regionais, o que por sua vez revela uma negligência com os aspectos específicos históricos e estruturais não somente no Brasil, como desta região singular que é a Amazônia brasileira.

Para analisar essa questão, traremos para discussão a problemática do desenvolvimento capitalista na periferia dentro do contexto histórico que estamos nos propondo a estudar



Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista – Delaíde Silva Passos

– o primeiro governo Vargas. Tendo como enfoque o período 1930-1945, pretendemos entender como as políticas públicas da época inseriram a Amazônia na agenda do governo federal, algo que será visto nas duas primeiras seções. Em seguida, estudaremos três autores, cujas obras contemplam este tema que envolve Amazônia e ocupação de novos espaços em prol do avanço do capitalismo brasileiro – Euclides da Cunha, Nelson Werneck Sodré e Mário Travassos. E por último, procuraremos descrever o programa do presidente Vargas que buscava colonizar o Oeste e o Norte brasileiro, defendendo este como um instrumento que permitiria que os espaços ainda não alcançados pelo capital fossem incorporados ao projeto que visava industrializar a economia brasileira.

1. Amazônia: Entre meios e fins do desenvolvimento capitalista brasileiro

A categoria de desenvolvimento apresentada por Celso Furtado envolve uma série de mudanças que, se controladas pelo homem, podem construir um sistema econômico nacional. Tal concepção tem a nação como o principal sujeito das transformações capitalistas, visto que os ganhos desse processo devem beneficiar toda a sociedade (FURTADO, 1984) ². De acordo com Furtado (1963, 1964, 1974, 1978, 1981, 1984, 2000), a conquista do desenvolvimento é possível apenas se houver consciência dos meios disponíveis e se o objetivo do seu uso estiver bem preestabelecido, isto é, a riqueza da Amazônia apenas poderia ser um meio do desenvolvimento se este fosse empregado racionalmente, levando em conta os limites estruturais e ambientais para a criação de um sistema econômico nacional. Quanto mais racional uma ação, mais o progresso técnico pode resultar em excedente acumulado³. Em outras palavras, uma vez que tal progresso

² No sentido mais amplo, “a ideia de desenvolvimento está no centro da visão de mundo que prevalece na época atual. A partir dela o homem é visto como um fator de transformação, tanto do contexto social e ecológico em que está inserido como de si mesmo. Dá-se como evidente que o homem guarda um equilíbrio dinâmico com esse contexto: é transformando-o que ele avança na realização de suas próprias virtualidades” (FURTADO, 1984, p. 105).

³ “A emergência de um excedente – produzido pelo intercâmbio ou simplesmente pelo acesso a recursos naturais mais generosos – abre aos membros de um grupamento humano um horizonte



Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista – Delaíde Silva Passos

técnico é resultado da criatividade humana, isto é, da capacidade do homem de inovar, o desenvolvimento depende da habilidade de usar de forma mais racional, ou seja, eficiente, os meios disponíveis (FURTADO, 1981) ⁴. Visto que o termo *desenvolvimento* está ligado a um processo em que um campo de possibilidades pode ser aberto pelo excedente acumulado, apenas por meio do uso racional dos meios que a técnica pode levar à acumulação, e vice-versa. A acumulação gerada por esse processo pode ter o desenvolvimento como forma, porém, isso é a exceção e não a regra (FURTADO, 1984).

Os trabalhos de Furtado são fundamentais para nossa pesquisa, na medida em que apresentam a necessidade de compreender a realidade de uma das regiões mais atrasadas do Brasil, em razão de a evolução do capitalismo nesse espaço corresponder a um tempo e a um espaço específico. Em nosso estudo, percebemos certa descontinuidade entre o conhecimento da realidade local e os objetivos da política de desenvolvimento capitalista apresentada após o Discurso do Rio Amazonas, proferido por Getúlio Vargas, dado que neste defendia-se um processo de civilização industrial para região a partir dos meios e valores oriundos do Sudeste, de modo a desconsiderar as peculiaridades da Hileia brasileira.

É preciso salientar que quando tratamos de desenvolvimento capitalista especificamente, observamos que não necessariamente há uma associação entre aumento da produtividade e maior satisfação das necessidades humanas ⁵ (FURTADO, 1981). Trata-se de um

de opções: já não se trata de reproduzir o existente e sim de ampliar o campo do imediatamente possível. Não que a formação de um novo excedente seja fruto do acaso: as guerras foram com frequência a expressão de empenho de apropriar-se de recursos adicionais. Tudo leva a crer que a vida social engendra uma energia potencial que se realimenta com a utilização de um novo excedente” (FURTADO, 1984, p.105).

⁴ Campos sintetiza: “A influência weberiana faz com que Furtado defina o conceito de desenvolvimento a partir de fins que dizem respeito a valores modernos inscritos numa ‘racionalidade substantiva’, podendo esta ser garantida por determinados meios materiais, científicos e culturais, piores de uma ‘racionalidade instrumental’,. A problemática do desenvolvimento então seria subordinar a acumulação capitalista e a incorporação do progresso técnico aos desígnios civilizacionais da maior parte da sociedade. Excluída a voluntariedade de agentes econômicos privados que se apropriam da renda para valorizar as forças produtivas, o desenvolvimento tem seu caráter crucial nas decisões coletivas corporificadas no poder estatal que pode interferir politicamente no processo” (CAMPOS, 2014b, p. 80).

⁵ “Em toda atividade econômica entra um ingrediente técnico, e a técnica, ela mesma fruto da criatividade, não pode ser reduzida a unidade de esforços físicos. Se é possível assimilar esforços físicos do homem a um fluxo de recursos homogêneos, a atividade inventiva implica necessariamente heterogeneidade, pois é fruto da intenção de modificar o que existe. E são aqueles que exercem poder que mais possibilidades têm



Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista – Delaíde Silva Passos

processo de difusão do sistema produtivo em que a expansão das bases materiais apresenta-se como sua principal característica, o que economicamente significa crescimento da produtividade do trabalho, da renda e do produto⁶. Porém, Furtado adverte que a dimensão econômica pode ser apenas uma das faces do desenvolvimento, na medida em que este pode atender às necessidades mais básicas de uma nação. Ou seja, o desenvolvimento capitalista pode ser um meio para alcançar o desenvolvimento nacional (CAMPOS, 2014b).

As nações que conseguiram atingir um desenvolvimento autodeterminado conquistaram estruturas produtivas e sociais homogêneas capazes de fazer com que o impulso do crescimento econômico fosse endógeno. E isso só foi possível porque elas alcançaram “certo padrão tecnológico que corresponda à escassez relativa de mão de obra” (HADLER, 2012, p. 52)⁷. Ademais, tais economias contemplam um sistema produtivo, com estruturas orgânicas, diversificadas e integradas, que as permitem não depender de eventos externos para expandirem suas bases materiais. Observamos também um relativo equilíbrio na relação entre capitalistas e trabalhadores, concedendo ao segundo maior participação nas decisões econômicas, o que consequentemente possibilita que uma parcela maior dos ganhos de produtividade seja repassada aos salários⁸.

de exercer essa opção. Para agir com maior eficácia o homem dota-se de técnicas que, via de regra, ampliam sua capacidade operativa mediante o uso de instrumentos. Seja incorporando-se diretamente ao saber do homem, seja sob a forma de instrumentos, as técnicas somente se transmitem mediante um processo de acumulação. Portanto, o desenvolvimento da capacidade de agir (e para produzir) funda-se num misto de inventividade e acumulação” (FURTADO, 1981, p. 45-46).

⁶ Na sociedade emergente da Revolução Burguesa, a criatividade é subordinada à racionalidade, visto o desejo de priorizar o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, o aprimoramento da técnica orientada para a acumulação (FURTADO, 1978).

⁷ O desenvolvimento do capitalismo, na sua fase mais avançada, deriva o seu principal impulso dinâmico da agressividade da massa trabalhadora, que luta para aumentar sua participação no produto social. Essa agressividade, pondo em risco a taxa de lucro da classe capitalista, suscita como reação o interesse pelas inovações tecnológicas que tendem a reduzir a demanda de mão de obra por unidade de produto. (...) Contudo, é a atuação das classes trabalhadoras, no sentido de aumentar sua participação no produto, que cria as condições para o avanço da tecnologia. Este, por seu lado, permite que se mantenha uma elevada taxa de acumulação, sem embargo da inelasticidade de oferta de mão de obra (FURTADO, 1964, p. 64).

⁸ Nota-se, dessa maneira, que na sociedade pós Revolução Burguesa, há a reversão de alguns elementos fundamentais apresentados na teoria de Celso Furtado: a acumulação, ligada à produção de excedentes, a racionalidade e a técnica. Se no desenvolvimento, no sentido mais amplo, a criatividade é geradora de inovações, servindo ao fim de expandir as possibilidades de



Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista – Delaíde Silva Passos

Porém, a região estudada tem o subdesenvolvimento como o resultado da acumulação de capital. Essa categoria caracteriza-se pela constituição de uma sociedade marcada por grande heterogeneidade tecnológica, cuja produtividade do trabalho é completamente dispare em termos setoriais, sociais e regionais (FURTADO, 1974). Em *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), o autor enfatiza que o problema dessa manifestação do capitalismo está no fato de que as transformações produtivas ocorrem sem abandonar a exploração de meios pré-capitalistas, isto é, a superexploração do trabalho e a degradação o meio ambiente. E mais, assim como nas economias coloniais, uma parte do excedente adicional adquirido no comércio internacional é remetida ao exterior, e a parte apropriada internamente tem como destino patrocinar o consumo das classes dirigentes.

Na interpretação de Celso Furtado, o subdesenvolvimento é produto de um sistema econômico mundial que integra, em um mesmo padrão de transformação, formações sociais que têm capacidades assimétricas de introduzir e difundir progresso técnico. A discrepância entre economias centrais e as economias periféricas quanto à capacidade de elevar a produtividade média do trabalho e quanto à potencialidade de socializar o excedente social entre salários e lucro faz com que o estilo de vida que prevalece nas economias centrais não possa ser generalizado para o conjunto da população das economias periféricas. O subdesenvolvimento surge quando, ignorando tais diferenças, as elites que monopolizam a apropriação do excedente impõem, como prioridade absoluta do processo de acumulação, a cópia do estilo de vida dos países centrais, impedindo assim a integração de parcela considerável da população no padrão de vida material e cultural propiciado pelo capitalismo (SAMPAIO Jr. 1999, p. 171).

Uma vez que nosso objeto localiza-se em uma das regiões mais atrasadas do país, onde os meios do desenvolvimento são limitados, Furtado nos faz perceber que a superação dessa condição precisa levar em conta as disparidades regionais do Brasil, as quais tornam a inadequação entre fins e meios ainda mais profunda (CAMPOS; COSTA, 2012). A

uma sociedade, agora a racionalidade se sobrepõe à criatividade e a direciona para a criação de técnicas que permitam ampliar a escala de acumulação, que por sua vez estimula a criação de novas técnicas, revelando uma determinação mútua entre ambas. Somado a isso, a apropriação do excedente é privada; ou seja, os benefícios gerados pela dinâmica de acumulação não necessariamente ampliam as possibilidades da sociedade, mas sim de classes específicas.



Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista – Delaíde Silva Passos

Amazônia como um todo além de se caracterizar pela especialização produtiva, também destina seu excedente econômico para custear os padrões de consumo de um pequeno grupo privilegiado. E por isso, a superação desse processo também é uma questão política, visto que para lidar com a inadequação entre meios e fins, uma das principais características do subdesenvolvimento, é preciso superar a modernização dos padrões de consumo. Uma vez que os benefícios do crescimento da produtividade são distribuídos a uma parcela ínfima da população, o que significa que o poder sobre as possibilidades futuras dessa sociedade encontra-se nas mãos de uma classe específica, a superação do subdesenvolvimento supõe um Estado Nacional capaz de recompor a fratura entre meios e fins. Enquanto no centro o que dá sentido à acumulação de capital é o progresso tecnológico, na periferia, esse processo é conduzido pelo desejo de consumo de um grupo, e é justamente isso que precisa ser mudado⁹ (FURTADO, 1974).

Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos. Quanto mais amplo o campo do processo de modernização (e isso inclui não somente as formas de consumo civis, mas também as militares) mais intensa tende a ser a pressão no sentido de ampliar o excedente, que pode ser alcançado mediante expansão das exportações, ou por meio de aumento da 'taxa de exploração', vale dizer da proporção do excedente no produto líquido (FURTADO, 1974, p. 81).

Ademais, para entender o problema do desenvolvimento regional na Amazônia, é importante trazer para debate a expressão *heterogeneidade estrutural* discutida por Celso Furtado em *Pequena Introdução ao Desenvolvimento* (1981). Este fenômeno ocorre quando algumas regiões com grandes desigualdades na produtividade, isto é, onde coexistem simultaneamente modos de produção tradicionais e modernos, não conseguem

⁹ “A existência de uma classe dirigente com padrões de consumo similares aos de países onde o nível de acumulação de capital era muito mais alto e impregnada de uma cultura cujo elemento motor é o progresso técnico, transformou-se, assim, em fator básico na evolução dos países periféricos” (FURTADO, 1974, p. 80).



Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista – Delaíde Silva Passos

se integrar à economia nacional¹⁰. Furtado denomina as economias com essa característica como enclaves, isto é, territórios que funcionam como apêndices do sistema capitalista, na medida em que servem para atender a dinâmica do capitalismo mundial. Os enclaves sofrem transformações produtivas em um tempo e espaço específico, sem proporcionar um encadeamento do processo para outros setores e regiões.

Hirschman (1961) contribui para essa discussão quando nos demonstra que a formação de enclaves faz parte da própria dinâmica do sistema capitalista. Ao concordar com Furtado, este afirma que o progresso técnico não aparece da mesma forma e tempo nos diferentes espaços do globo. O trabalho desse autor torna-se fundamental para a nossa pesquisa, na medida em que ele associa a expansão desse modo de produção com a concentração espacial dos ganhos de produtividade em torno dos *lócus* que deram impulso ao avanço das forças produtivas. Isso porque para que uma dada economia alcance patamares de renda mais altos, seria necessário o surgimento de um ou vários espaços regionais com condições de estimular a economia mundial e/ou nacional. Ou seja, a lógica do sistema em que vivemos exigiria a emergência de polos de desenvolvimento que puxassem a dinâmica do capitalismo como um todo. O aparecimento desses polos seria condição necessária para o avanço das forças produtivas em escala mundial, como também nacional. Logo, em termos regionais, o desenvolvimento capitalista não seria equilibrado. Nas palavras do autor:

A capacidade ou tendência do desenvolvimento de se expandir em volta de um subgrupo, uma região ou um país, por muito tempo, enquanto o atraso impera em outra parte qualquer, foi muitas vezes observada. Se essa tendência se manifesta em torno de limites geográficos nitidamente demarcados, o resultado é a divisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos e separar-se um país em regiões progressistas e atrasadas. Por outro lado, o progresso e a tradição podem coexistir numa grande proximidade espacial, cingindo, simplesmente, os diferentes grupos humanos e as atividades econômicas que convivem lado a lado. Esse estado de coisas, frequentemente encontrado nos

¹⁰ Tal conceito é muito bem trabalhado por Aníbal Pinto (1973), o qual compara os países centrais e periféricos com o intuito de mostrar que os primeiros possuem uma estrutura produtiva mais diversificada e homogênea, dado que a produtividade do trabalho nos diferentes setores dessas economias é mais similar. Enquanto isso, nos países subdesenvolvidos, a produção é altamente especializada em atividades ligadas a exportação de bens primários, os quais possuem uma produtividade mais alta do que dos setores concorrentes.



Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista – Delaíde Silva Passos

países em desenvolvimento, foi, com muita propriedade, denominado dualismo ¹¹ (HIRSCHMAN, 1961, p. 277).

Perroux (1964), por sua vez, contribui para esse debate ao apresentar os efeitos da concentração territorial dentro desse processo. O polo industrial, que daria dinâmica ao avanço das forças produtivas, torna-se o centro de intensificação das atividades econômicas. Neste espaço, assistimos a expansão e a diversificação do consumo, assim como o surgimento de uma infraestrutura base para atender as necessidades coletivas, como alojamentos, transportes e serviços públicos. Contudo, a esses efeitos, o autor também adiciona o fato de o polo industrial absorver toda a estrutura da economia nacional. Trata-se de um “centro de acumulação e concentração de meios humanos e capitais fixos e fixados” (PERROUX, 1964, p. 175). A economia nacional seria a combinação de um conjunto de polos industriais, os quais o autor chama de regiões ativas, com outros espaços classificados pelo mesmo como regiões passivas, isto é, áreas dependentes dos centros dinâmicos, que por sua vez são chamadas por Celso Furtado como economias de enclave:

O controle do progresso tecnológico e a possibilidade de impor padrões de consumo, da parte de certas economias, passa a condicionar a estruturação do aparelho produtivo de outras, as quais se tornam “dependentes”. Essa estruturação se processa de forma a permitir que uma minoria dentro do subsistema dependente esteja em condições de reproduzir os padrões de vida de prestígios criados nos subsistemas dominantes. Assim, na economia dependente existirá, sob a forma de um “enclave” social, um grupo culturalmente integrado no subsistema dominante. O dualismo tem, portanto, desde o início uma dimensão cultural, a qual se traduz, em termos econômicos, numa descontinuidade na “superfície” da procura (FURTADO, 1983, p. 183).

¹¹ Nas nações subdesenvolvidas, é muito comum que as regiões e/ou os setores mais desenvolvidos fiquem surpresos com os seus próprios índices de crescimento, imbuindo de uma superioridade, dado que consideram os lados menos progressistas como preguiçoso e derrotados. Tais grupos e regiões desconsideram completamente qualquer evento fortuito, apostando simplesmente na meritocracia (HIRSCHMAN, 1961).



Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista – Delaíde Silva Passos

A Amazônia, em geral, pode ser classificada como uma economia de enclave, dado que uma parte da renda não é apropriada internamente, mas pelos centros dinâmicos de dentro e de fora do país. As economias com essas características, ao contrário do avanço das suas forças produtivas, tem a expropriação das suas riquezas e a estagnação social como resultado das suas atividades (ALMEIDA FILHO, 2008). Devido ao predomínio de atividades primário-exportadoras, estas regiões são muito dependentes da demanda externa e, normalmente, a dinâmica impulsionada a partir disso é praticamente concentrada nos setores e atividades relacionados à exportação. Nestes espaços, o aumento da produtividade não é um resultado da internalização do progresso técnico, mas sim, da exploração da mão de obra e dos recursos naturais (PINTO, 1973).

Sobre as economias de enclave, Furtado (1981, p. 84) destaca:

Também se dava o caso de que a penetração dos interesses do centro assumisse a forma de controle direto de parte do sistema de produção. No caso da exploração de recursos minerais, novas estruturas produtivas eram implantadas no quadro de uma complexa rede de relações com a economia dominante: esta absorvia o essencial da nova produção e provia grande parte dos insumos requeridos pelas novas atividades produtivas. As economias agrícolas de plantação, a exemplo dos complexos bananeiros da América Central, constituíam situação intermediária entre o chamado enclave mineiro e os casos referidos no parágrafo anterior.

De acordo com o conceito de *desenvolvimento* apresentado até este momento, as economias de enclave são regiões subdesenvolvidas, posto que uma parte significativa da renda é transferida para fora, deixando internamente um fluxo de renda composto por baixos salários e por uma ligação sutil ou nula com os outros setores e/ou atividades da economia, o que por sua vez impediu o controle de meios que permitissem a melhoria das condições de vida das populações locais. Essa realidade histórico-estrutural, somada ao fato de que o aumento da produtividade é fruto da exploração da mão de obra e dos recursos naturais, faz com que a condição de região subdesenvolvida dificilmente seja revertida e a consolidação de um sistema econômico nacional passa a ser uma



Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista – Delaíde Silva Passos

possibilidade cada vez mais distante para o Brasil, e ainda mais para regiões mais atrasadas do país, como a Amazônia. Trata-se de um espaço com controle limitado da capacidade de inovação e de concentrar e centralizar capital nas proporções exigidas no presente, uma vez que ambos, a técnica e o capital, são determinados pelo centro capitalista, revelando a nossa histórica dependência. Isso significa que o desenvolvimento, entendido como o aumento das possibilidades de uma sociedade, encontra-se subordinado e seriamente comprometido pela própria estrutura local.

Nesta seção, buscamos trazer uma percepção mais crítica sobre o problema do desenvolvimento econômico na Amazônia, destacando os aspectos históricos e estruturais que contribuem para o aprofundamento da desigualdade regional. Em seguida, pretendemos entender quais destes aspectos foram percebidos pelo projeto de colonização do bioma promovido pelo primeiro governo de Getúlio Vargas. É importante destacar que apesar de alguns destes impasses terem sido notados em discursos e programas de governo, o peso dos mesmos ficou mais claro quando a posição nacionalista do presidente recuou diante do avanço das pressões do capital internacional.

2. Condicionantes gerais da Era Vargas (1930-1945)

A Crise de 1929 e suas consequências para o Brasil são extremamente importantes para entender a Era Vargas (1930-1945) e o projeto de industrialização defendido naquele período. A queda do preço do café e a fuga de capitais desestabilizaram a economia brasileira, dando a oportunidade para o surgimento de uma nova ideologia com uma reconfiguração das relações de poder. Ou seja, tratava-se do estabelecimento de novos objetivos e da tentativa de subordinar as políticas macroeconômicas e os recursos estratégicos ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Getúlio Vargas atendeu à necessidade de explorar o país e de lidar com os problemas internos que impediam o avanço do capitalismo brasileiro (CORSI, 2012). As riquezas minerais da Amazônia estavam inseridas nesta nova forma de associação entre meios estratégicos e



Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista – Delaíde Silva Passos

industrialização nacional, uma vez que foi pelo discurso de Vargas que estas foram valorizadas como instrumento fundamental para o progresso econômico do Brasil.

Nesse novo cenário político, o Estado passou a ter um papel mais ativo na economia, tomando medidas protecionistas que pudessem amenizar as vulnerabilidades internas ante a dinâmica da economia mundial. É importante ressaltar, porém, que no primeiro momento ainda não havia um projeto de industrialização com objetivos bem definidos, visto que as medidas tomadas até então eram respostas à situação conjuntural¹² (CORSI, 2007). A consolidação do Estado Novo em 1937 trouxe uma definição mais clara desse projeto, que, a partir daquele momento, era o fim, isto é, o objetivo central que concentrava os esforços do governo federal. Dado o atraso do capitalismo brasileiro, Vargas precisava encontrar os entraves que impediam o avanço das nossas forças produtivas, e esses desafios se relacionavam ao controle das nossas riquezas, principalmente aquelas localizadas em regiões com baixa densidade demográfica e ínfima atenção do poder público, como a Amazônia brasileira.

Segundo Bastos (2012), a nova linha de orientação procurava suplantar a nossa condição de exportadores de produtos primários, assim como a valorização exageradamente nacionalista das riquezas naturais, visto que tais perspectivas travavam o avanço das forças produtivas, e por consequência, a conquista da soberania nacional e de melhores posições no comércio internacional. O governo também se preocupou em criar e remodelar instituições e organismos de regulação, de promoção e fomento de setores estratégicos para a economia, como o Código de Minas de 1934, mesmo que estes entrassem em contradição com os interesses do capital estrangeiro no Brasil.

¹² “Apesar de Vargas ter inicialmente tentando implementar uma política de caráter ortodoxo no enfrentamento da crise, o agravamento da situação econômica do país obrigaria o governo a adotar medidas voltadas para a sustentação da atividade econômica. [...] A sustentação da atividade econômica associada à desvalorização da moeda e ao controle das operações cambiais, introduzido em 1931, contribuiu para a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento industrial. No entanto, a política econômica adotada no período não visava intencionalmente fomentar a indústria, mas sim neutralizar os efeitos negativos da crise internacional” (CORSI, 2007, p. 250).



**Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista –
Delaíde Silva Passos**

Ademais, é importante destacar que era um momento em que a histórica dependência brasileira se manifestou em consequência do avanço dos grandes trustes internacionais para a periferia. Estes, ao controlarem os mercados e os recursos das regiões atrasadas, distanciavam-nas do processo de formação de um sistema econômico nacional, colocar o que chamo de sistema econômico nacional¹³. Esse cenário foi outro condicionante fundamental para lapidar a nova postura do Estado, algo explícito nas cartas enviadas pelo então presidente a Oswaldo Aranha¹⁴. Segundo elas, a ameaça da cobiça internacional sobre as riquezas brasileiras apenas poderia ser enfrentada pelo fortalecimento da única instituição capaz de unir os instrumentos necessários para defender os interesses nacionais: o Estado. Sendo assim, o movimento das grandes potências em busca de recursos estratégicos, adicionado aos resultados das insustentáveis políticas ortodoxas adotadas no início dos anos 1930, foi fundamental para a nova postura político-econômica tomada a partir de 1937 (CORSI, 2007). Na carta a Aranha, Vargas (5 nov. 1939 apud CORSI, 2012, p. 288) escreve:

A situação atual do mundo, as ameaças do mundo de uma catástrofe próxima que pesam sobre os povos, o desrespeito às leis internacionais e aos tratados, não mais permitem a existência de países fracos, objeto da cobiça de povos fortes [...]. Só as nações fortes, econômica e militarmente, estão hoje, em condições de, provendo sua defesa, poder subsistir e viver com dignidade [...]. O Brasil precisa consistir-se, o mais rápido possível em grande potência [...]. Possui vários fatores determinantes para isso; falta-lhe, porém, o desenvolvimento industrial [...]. Impõe-se, então, organização da indústria pesada, para ficar em condições de, com outros povos, sentir-se confiante no seu progresso e segurança.

¹³Entendemos como a formação de um sistema econômico nacional um processo que coloca a nação como o principal sujeito das transformações capitalistas, visto que os ganhos desse processo devem beneficiar toda a sociedade (FURTADO, 1984).

¹⁴ Oswaldo Aranha foi Ministro das Relações Exteriores do governo de Getúlio Vargas entre março de 1938 e agosto de 1943. Neste posto, promoveu uma aproximação gradual com os Estados Unidos.



Contudo, para superar os obstáculos do subdesenvolvimento era preciso lidar com uma questão complexa, o financiamento, principalmente quando nos atemos às estruturas do nosso capitalismo dependente e à necessidade de incrementar a importação de máquinas e equipamentos em um contexto em que o Brasil possuía baixa capacidade para importar (CORSI, 2012) ¹⁵. É importante salientar que a tentativa de priorizar os interesses nacionais por meio de medidas como a moratória da dívida externa, o monopólio do câmbio, a política externa independente e a radicalização da postura nacional não significava que o Estado Novo era contra a participação do capital estrangeiro. Em seus discursos, o presidente deixava explícita a importância dessa forma de capital para a industrialização brasileira. Isto é, a busca pela autonomia não excluía a relação com o capital estrangeiro, uma vez que o governo federal tinha consciência do quão ambicioso era um projeto que procurava transformar o Brasil em um país urbano-industrial. Contudo, o que Vargas procurava enfatizar era que o capital estrangeiro deveria estar subordinado à agenda nacional que se construía, contribuindo com esta, na medida em que respeitasse as leis brasileiras (CORSI, 2007). Sobre o problema do financiamento, destacamos o discurso a seguir:

Para esses empreendimentos, é necessário mobilizarmos grandes capitais. Entretanto, não me parece que, sem maior exame, devemos continuar afirmando um exagero de expressão que resultou em lugar comum: a dependência do progresso brasileiro das inversões de capital estrangeiro e que sem ele, nada será possível fazer [...]. É sabido que, desde a guerra mundial, a imigração de capitais tem diminuído muito e, por outro lado, o processo de formação de capital nacional atingiu um grau adiantado de

¹⁵ “Em 1938, Vargas afirmou: ‘Tem se afirmado, levemente por certo, que o governo do Brasil impede, ou dificulta, a entrada das reservas financeiras que procuram, entre nós, aplicação remuneradora. Não é verdade. Aquilo que fazemos questão, e temos o direito de fazer, é que os capitais aqui invertidos não exerçam tutela sobre a vida nacional, respeitem as nossas leis sociais e não pretendam lucros exorbitantes, próprios das explorações coloniais ou semicoloniais. Preciso é reconhecer que o Brasil não se enquadra nessa classificação... Só nos pode interessar, sem dúvidas, a inversão de recursos financeiros. Queremos, porém, que se fixem e produzam... enriquecendo nossa economia’ (apud Corsi, F. op. cit. p. 85)” (CORSI, 2007, p. 255).



**Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista –
Delaíde Silva Passos**

desenvolvimento. O simples exame dos subscritores e tomadores de ações nas sociedades anônimas, nas organizações bancárias, bem como o montante dos depósitos bancários nos institutos nacionais e estrangeiros revelam a predominância de inversões feitas por brasileiros e que as contas nacionais são bem mais vultosas [...]. Verifica-se que as próprias empresas estrangeiras [...] ou adquirem aqui a maior parte dos seus vastos capitais ou operam com boa parte de valores nacionais. Em muitos casos, os reduzidos capitais encontrados são inferiores aos dividendos exportados em um único exercício financeiro [...]. A grande tarefa no momento, no nosso país, é a mobilização de capitais nacionais (VARGAS, 1938-1947, v. 5, p. 165-166 apud CORSI, 2012, p. 236).

Outro aspecto importante para entender a política de desenvolvimento econômico defendida por Vargas é sua relação com as classes dominantes internas. Como dito anteriormente, a vida política brasileira sofreu profundos impactos com a Crise de 1929, o que fez com que a burguesia cafeeira perdesse o monopólio da tomada de decisões, principalmente após a ascensão de novos grupos ao poder depois da Revolução de 1930 (CORSI, 2007). Vale ressaltar, porém, que o Estado Novo não atendeu aos interesses de apenas uma fração da burguesia, agrária ou industrial, mas de ambas, pois, enquanto uma era reconhecida como o meio para conquistar a industrialização, a outra possuía o capital acumulado para investir neste projeto.

Sendo assim, a tentativa de impulsionar o capitalismo brasileiro no Estado Novo procurava não apenas superar os impasses provocados pelos estrangulamentos externos decorrentes da Crise de 1929. Tratava-se de uma escolha política que tinha consciência sobre os limites nacionais. Para Vargas, a busca por uma industrialização mais autônoma poderia estar associada ao capital estrangeiro, que era bem visto desde que não comprometesse a soberania nacional, respeitando as leis e os interesses do país. Ou seja, era possível industrializar, melhorar a inserção internacional, garantir a soberania brasileira e passar a ser um líder na América Latina a partir da associação com aquela forma de capital. Essa tentativa de subordinar a participação do capital estrangeiro aos interesses nacionais fica clara quando analisamos o marco regulatório compreendido entre 1930 e 1945. Acreditamos que a legislação nacional foi um dos principais meios



Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista – Delaíde Silva Passos

pelo qual o governo federal tentou concretizar um projeto que procurava fazer uso das potencialidades nacionais para atingir um fim específico: a industrialização brasileira.

Nosso ponto, porém, é perceber que apesar da tentativa em lidar com a supremacia do capital internacional diante das relações de poder deste com o espaço econômico subdesenvolvido, é preciso notar como o Discurso do Rio Amazonas abriu uma fase da colonização da Amazônia que não reverteu seu atraso regional. Sendo assim, se por um lado tínhamos nos discursos uma posição mais firme em defesa da superação de subdesenvolvidos, por outro, a incompreensão das especificidades históricas e estruturais e/ou a falta de força e disposição para lidar com os obstáculos impediu a transformação das riquezas amazônicas em meios para um desenvolvimento que combinasse avanço do capitalismo local, democracia e soberania nacional.

3. O “Discurso do Rio Amazonas”

No “Discurso do Rio Amazonas”, proferido em 10 de outubro de 1940, Vargas apresentou a região amazônica como uma fronteira a ser conquistada em prol do avanço do capitalismo brasileiro. Logo em suas primeiras palavras, a grandeza territorial e as riquezas naturais da Amazônia foram enaltecidas como condicionantes que levariam à industrialização nacional e local. Porém, para que isso acontecesse, era preciso colonizar aquele espaço e fortalecer a presença do Estado, o que também exigia o uso da técnica para que todas as formas de vida existentes fossem controladas pelo homem. Em outras palavras, tratava-se de superar o atraso por meio da incorporação de técnicas mais modernas na exploração dos recursos do bioma (VARGAS, 1968).

Com os primeiros conhecimentos da Pátria maior, este vale maravilhoso aparece ao espírito jovem, simbolizando a grandeza territorial, a feracidade inigualável, os fenômenos peculiares à vida primitiva e à luta pela existência em toda a sua pitoresca e perigosa extensão. [...]



**Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista –
Delaíde Silva Passos**

Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta, foram as nossas tarefas. [...] Necessitais adensar o povoamento, acrescentar o rendimento das culturas, aparelhar os transportes.

Apenas – é necessário dizê-lo corajosamente – tudo quanto se tem feito, seja agricultura ou indústria extrativa, constitui realizações empíricas e precisa transformar-se em exploração racional. [...] Com elementos de tamanha valia, não mais perdidos na floresta mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo retornar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado. [...]

O vosso ingresso definitivo no campo econômico da Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora vai ser feito sem demora. [...] conquistar e dominar os vales das grandes correntes equatoriais, transformando a sua força cega e sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada (VARGAS, 1968, p. 9-11).

O referido discurso serviu como fonte de inspiração para aqueles que defendiam a superação do passado e do domínio da elite política então no poder. Tratava-se de uma tentativa de trazer para debate os problemas de povoamento, saneamento, lidando com os conflitos comuns no bioma, como a questão da natureza versus homem. Em síntese, o Discurso do Rio Amazonas deu força para aqueles que há muito tempo lutavam contra o passado, a tradição e a utopia (ANDRADE, 2010).

Se o presente permanece ancorado no passado como tradição, durante os anos do Estado Novo faz-se um esforço consciente e avultado para redescobrir o passado histórico enquanto realidade antecedente e passível de compreensão. Um passado histórico que não podia, como tradição, coexistir com o presente, mas que era fonte de explicação para o novo. (...) O povo que estava hibernando deveria ser acordado e, acima de tudo, o Estado tinha os meios e as soluções para esta revalorização e redescoberta do Brasil e de suas regiões no ideário Estado-novista. Tinha-se também uma certa alteração nas relações dialéticas entre passado, presente e futuro. Uma linha de continuidade na história do povo, os vínculos com um passado de tradições, permaneceriam inalterados (Gomes, 1995, p. 145-152).



Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista – Delaíde Silva Passos

Desse modo, notamos que o presente discurso está em torno de um cenário em que diferentes medidas estavam sendo implementadas em nível nacional com o intuito de superar dicotomia República Velha/Estado Novo. Ou seja, o “passado liberal” deveria ficar para trás, conforme a Revolução de 1930 e o Estado Novo de 1937 tornassem-se marcos para a constituição de uma nacionalidade que colocasse os interesses do país em primeiro plano (GOMES, 2005). Esta ideia ao ser transplantada para o projeto de colonização da Amazônia buscou valorizar os aspectos regionais do bioma, tais como o caboclo, o índio e o ribeirinho, os quais passaram a ser apontados como homens negligenciados pelos líderes políticos do período anterior. A história da Amazônia deveria passar por um novo capítulo, conforme a luta pela superação de doenças, como a malária, começou a ter destaque. De acordo com Lima (1941, p. 110), “o binômio saneamento-colonização passou a ser um aspecto fundamental para estes intelectuais”.

Percebemos, dessa maneira, uma mudança no modo como a Amazônia se encaixou na busca pelo avanço das forças produtivas do país, atentando-nos às correntes teóricas que participaram desse debate e às políticas específicas desencadeadas a partir disso. É possível identificar no discurso acima um primeiro sinal dado pelo presidente aos líderes da região no que dizia respeito à forma como o bioma estava inserido na agenda nacional. Segundo o próprio Vargas, havia chegado a hora de superar o atraso por meio da racionalidade, da técnica e da migração da mão de obra nordestina (PAZ, 2014b). Ou seja, na estratégia de colonização da Amazônia, o poder estatal deveria lidar com os obstáculos e com as potencialidades da região, incentivando homens de “negócios” que pudessem contribuir com a incorporação daquele espaço ao centro dinâmico do país. Na próxima seção, veremos quais desses obstáculos e potencialidades foram postas em debate pelos intelectuais que se propunham a discutir este tema na época, procurando entender em que medida suas propostas estavam alinhadas com a do presidente, e quais delas foram levadas adiante, de modo a interferir em um resultado que não levou ao avanço do capitalismo regional.



3.1. Marco teórico: Euclides da Cunha, Nelson Sodré e Mário Travassos

Quando Getúlio Vargas incorporou a Amazônia ao seu projeto de industrialização, poucos haviam se aventurado na região, de modo que pudessem transmitir um conhecimento sobre as particularidades do bioma. Não havia muitos estudos e pesquisas para ajudar na elaboração de uma política que impusesse técnicas de produção mais modernas naquele território. Os militares eram os que mais tinham experiências nas terras amazônicas, e seus trabalhos serviram de inspiração para o presidente. Outro pioneiro no assunto foi o jornalista e professor Euclides da Cunha, cujos livros e artigos se baseavam em pesquisas de campo que, narradas ao leitor, apresentavam as principais características daquele espaço. A partir disso, para expor o marco teórico que contribuiu para um melhor entendimento da Amazônia, enfatizando seus desafios e peculiaridades, selecionamos três autores cujos trabalhos foram precursores no assunto: o já citado Euclides da Cunha e dois militares, Nelson Werneck Sodré e Mário Travassos.

Em *Contrastes e confrontos* (2000), Euclides da Cunha narra suas experiências na desconhecida Amazônia, que, a seu ver, se apresentava como um espaço vazio, com problemas de integração e de seleção natural. De acordo com Cunha, a floresta, os rios e o clima eram os grandes desafios do homem que tentava sobreviver às doenças e aos perigos da fauna. É justamente essa visão sobre a realidade amazônica que fez tal autor ser um dos primeiros a defender o estabelecimento de políticas públicas emergenciais no bioma estudado. Nas palavras de Euclides da Cunha (2000, p. 163):

As novas circumscrições do alto Purús, do alto Juruá e do Acre devem reflectir a ação persistente do governo em um trabalho de incorporação que, na ordem pratica, exige desde já a facilidade das communicações e a alliança de idéas, de prompto transmittidas e traçadas na innervação vibrante dos télégraphos.



**Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista –
Delaíde Silva Passos**

Sem este objectivo firme e permanente, aquella Amazonia onde se opéra agora uma selecção natural de energias e deante da qual o espirito Humboldt foi empolgado pela visão de um deslumbrante palco, onde mais cedo ou mais tarde se ha de concentrar a civilização do globo, a Amazonia, mais cedo ou mais tarde, se destacará do Brazil, naturalmente e irresistivelmente, como se despega um mundo de uma nebulosa – pela expansão centrifuga do próprio movimento.

No trecho destacado, Cunha chama atenção para a necessidade de criar uma rede de comunicação, integrando os diferentes espaços, principalmente quando notamos a presença de estrangeiros muito bem instalados no território. O autor chama atenção para o fato de que, sem a presença do Estado, a Amazônia e suas riquezas corriam o risco de sair do controle do governo federal. A associação entre os trabalhos de Euclides da Cunha e os discursos do presidente Vargas está justamente neste reconhecimento sobre a necessidade da presença do Estado naquelas regiões pouco habitadas e distantes do centro dinâmico do país. Observamos, dessa maneira, uma relação entre identidade nacional e identidade territorial, ou seja, era preciso conhecer o Brasil para que o Estado nacional fosse fortalecido. Sem a incorporação das diferentes regiões, a dimensão territorial seria um dos grandes obstáculos para a industrialização brasileira, e, de acordo com Maura Leal da Silva (2007), era essa a principal preocupação do governo, o que fazia do conhecimento empírico de Euclides da Cunha um instrumento fundamental para esse período. As palavras do próprio presidente evidenciam essa ideia:

As nações novas, formadas pela expansão colonizadora, apresentam, entre os fenômenos específicos de seu crescimento, a mobilidade de fronteiras. Não coincidem, nos primórdios da formação, as linhas de demarcação política e a extensão da apropriação econômica [...] o Brasil é, na atualidade, um dos países em que se registra o fato [...] todo o país sofre uma fragmentação nítida em que as etapas do desenvolvimento econômico são assinaladas de modo evidente. Uma faixa é agente e sujeito da economia nacional; a outra é, apenas, objeto, servindo como mercado de consumo de manufaturas,



Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista – Delaíde Silva Passos

em troca de matérias primas ou produtos extrativos. Naturalmente, a consequência mais imediata do fato é que uma parte dos brasileiros vive em condições de vida peculiares à fase colonial, e outra mostra uma evolução econômica acelerada (VARGAS, v. V, p. 163 apud SILVA, 2007, p. 44-45).

Assim como Cunha (2000), Vargas identificou a necessidade de lidar com dois “brasis”: o primeiro, povoado e moderno; o segundo, inabitado e atrasado. Nosso país, na visão de ambos, era composto naquela época por um mosaico de regiões em diferentes estágios de desenvolvimento econômico, algo que seria fruto da própria expansão do capitalismo brasileiro a partir do processo de colonização. O desafio era lidar com as diversidades de todos os espaços, atendo-se para suas peculiaridades e possíveis funções no desenvolvimento econômico, uma vez que somente assim seria possível levar adiante o projeto de integração nacional.

Os estudos de Nelson Werneck Sodré (1941), por sua vez, focam no processo de formação territorial, trazendo propostas para a modernização das áreas distantes, a partir de uma perspectiva da geografia. O autor identificou os estados mais ricos do país, São Paulo e Rio de Janeiro, como a locomotiva do desenvolvimento capitalista brasileiro, aqueles com condições de levar a industrialização e a urbanização aos territórios distantes e isolados. Essa perspectiva é fundamental para o nosso estudo, na medida em que ela concede uma divisão funcional das regiões brasileiras. Nessa divisão, o Sudeste, local de concentração e centralização do capital, era a máquina que dava movimento ao projeto de industrialização e a região escolhida para receber a indústria de aço barganhada por meio dos Acordos de Washington; o Nordeste, de outro lado, com sua reserva de mão de obra, exportava trabalhadores dispostos a explorar as potencialidades brasileiras; e, por fim, a Amazônia, com sua biodiversidade e riqueza mineral, era o “mapa da mina”, a fornecedora de matérias-primas e *commodities* (PAZ, 2014a).

Segundo Sodré (1941), a busca pela unidade territorial revelava um verdadeiro projeto de colonização das terras afastadas, e a solução para esse problema era a migração de sertanejos sofrendores da seca nordestina. Quando voltamos aos discursos de Getúlio



**Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista –
Delaíde Silva Passos**

Vargas, percebemos que essa divisão fazia parte da sua agenda, visto que, enquanto na Amazônia, o presidente proferia:

Nada nos deterá nesta arrancada, que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando sua força cega e sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. A Amazônia, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da Terra, e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização (VARGAS, 1938-1947, v. X apud SECRETO, 2007, p. 120).

No Nordeste, ele dizia:

Venho da região amazônica, do extremo norte do país. Enquanto percorria o prodigioso vale, a cada momento, lembrava-me de vós (VARGAS, 1938-1947, v. X apud SECRETO, 2007, p. 120-121).

Sobre a Amazônia, Sodré enfatiza que essa divisão funcional das regiões sucederia apenas se o bioma vencesse o isolamento, caracterizado pelas poucas formações urbanas e pela própria configuração amazônica, com seus rios e matas que dificultavam a ligação dos diferentes espaços e a criação de uma rede de comunicação. Segundo o discurso oficial, tal isolamento era um dos principais fatores que impediam o domínio do homem sobre a natureza, uma vez que sua relação com a terra era incapaz de torná-la um meio para a satisfação de suas necessidades. O fato é que sem se ater a esses obstáculos, o Estado nunca iria conseguir incorporar a Amazônia ao seu plano de colonização. Nas palavras de Sodré (1941, p. 122):

Só a via férrea viria a quebrar essa aceleração pouco sensível, imprimindo-lhe um novo impulso, com um progressivo adensamento da população, e a articulação desse mercado



Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista – Delaíde Silva Passos

com a zona pastoril do Oeste, compensada pela simultânea articulação com um parque industrial destinado a permanecer como principal fornecedor das necessidades acrescentaria um novo fator, de capital importância, ao desdobramento civilizador do Oeste pastoril [...]. Pelas peculiaridades a que ficou subordinada, dependendo mais da atração do Amazonas do que da que provinha do sul e do centro-sul, tal região se alterou sensivelmente, não viu o aparecimento de centros urbanos, que tivessem uma continuidade apreciável, que tivessem vida, função própria. A faixa ligada à bacia amazônica permanece à espera do momento em que venha a exercer uma função de importância.

As conclusões do governo que embasaram as políticas de avanço ao interior traçaram o destino de milhares de nordestinos, que deviam fugir da seca e cumprir sua função no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Na obra *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril* (1941), Nelson Werneck Sodré enfatiza que, para a Amazônia cumprir sua função, era preciso passar a vê-la como um campo de possibilidades para o capitalismo nacional. E mais ainda, era necessário olhar para o mosaico de sertões que constituíam o Brasil, homogeneizando e incorporando aquelas regiões mais desenvolvidas política e economicamente. A principal contribuição de Sodré foi chamar a atenção para a necessidade de vencer o isolamento, integrando o país por meio da criação de um sistema ferroviário, que permitiria que todas as regiões cumprissem as funções indicadas.

Mário Travassos também foi um dos principais arcabouços teóricos que influenciou o pensamento estratégico militar nos anos 1930, sendo esta a principal razão para entender as contribuições desse autor. Travassos, em seus trabalhos, constata dois grandes antagonismos geográficos no Brasil: Atlântico *versus* Pacífico e Amazonas *versus* Prata, sendo este último o que nos interessa. A apresentação desses antagonismos pretende apontar para a necessidade de ligar as regiões distantes do centro dinâmico do país por meio da construção de redes de transporte, mais precisamente por ferrovias (MELLO, 1997).



Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista – Delaíde Silva Passos

Para esse autor, a criação de ferrovias resolveria uma parte dos obstáculos que impedia a Amazônia de cumprir sua função no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, visto a dificuldade de adentrar os rios e a mata do bioma. A ferrovia, além de facilitar a conquista da floresta, também permitiria a ligação desse território ao Sudeste, de modo que suas matérias-primas e *commodities* chegassem com mais segurança à região que deveria dar movimento ao nosso capitalismo. Ou seja, por meio dessa medida, seria possível assegurar a exploração de recursos de um dos biomas que compõem o “coração sul-americano”, a Amazônia. Para Travassos, um sistema de transportes pluralizado, formado por ferrovias, rodovias, hidrovias e outros, seria a chave para assegurar o controle territorial desse país de grande extensão (MELLO, 1997).

Em consonância com o marco regulatório dos anos 1930, a visão de desenvolvimento esboçada pelos militares também estava relacionada à defesa dos recursos minerais. No entanto, precisamos enfatizar que diante do contexto de Guerra Fria, na visão militar, a projeção regional brasileira só seria possível mediante sua capacidade de alinhamento com os EUA. A formação de uma aliança preferencial com a grande potência ocidental surgiu como uma pré-condição para que o Brasil viesse a ser uma potência intermediária (MELLO, 1997). Essa proximidade, que levou à concretização dos Acordos de Washington, assegurou aos EUA o acesso às matérias-primas estratégicas brasileiras, ou seja, a riqueza amazônica foi comprometida, distando-a da sua função no projeto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro (PAZ, 2014a).

Dessa maneira, observa-se que Euclides da Cunha, Nelson Werneck Sodré e Mário Travassos podem ser classificados como autores que estavam no centro do debate no momento em que o presidente Getúlio Vargas elaborava sua política de colonização da Amazônia brasileira. Estes apontaram aspectos fundamentais para o projeto do governo, na medida em que destacaram o atraso da região, a importância dos seus recursos para a industrialização do país, a posição geoestratégica do bioma e a necessidade de incorporar esse espaço ao centro dinâmico por meio de ferrovias.



3.2. A problemática do desenvolvimento regional e o projeto Marcha para o Oeste

A problemática do desenvolvimento regional apresentada por Furtado (1972) para entender o atraso do Nordeste tem características similares com o estudo que busca analisar os desafios do subdesenvolvimento na região amazônica. Segundo Diniz (2009), a relação centro-periferia introduzida pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), e transferida por Furtado para discutir as desigualdades regionais entre Nordeste e Centro-Sul, também pode ser adaptada para observar a realidade da Amazônia brasileira. Isso porque ela não deveria ser examinada isoladamente, e sim passar a ser notada como uma área incorporada ao capitalismo mundial e àquele liderado pelo centro dinâmico do país. Ao avaliar a relação comercial do Norte com o Sudeste, é possível perceber um resultado análogo àquele apresentado por Celso Furtado ao observar essas mesmas relações entre Nordeste e Centro-Sul: a drenagem de uma parte da renda gerada na região mais atrasada para a mais moderna, e o bloqueio ao avanço das forças produtivas na primeira. Segundo Diniz (2009, p. 238), “esse duplo mecanismo de transferência de renda provocava um efeito sobre a economia nordestina semelhante ao efeito dos países centrais sobre a periferia, caracterizado no clássico diagnóstico da deterioração dos termos de intercâmbio da Cepal”.

Para Marques (2007), o desenvolvimento capitalista da Amazônia sempre esteve associado ao desenvolvimento da economia brasileira, porém, essa relação não ocorreu de forma homogênea, de modo que a segunda puxasse a primeira. Isso porque, enquanto o Sudeste assistia ao avanço do capitalismo, com a introdução do trabalho assalariado e o início da industrialização, a Amazônia aprofundava sua dependência, ficando cada vez mais vulnerável aos ciclos do capital internacional. Esse autor faz uma associação mais precisa entre a relação desse bioma com o Sudeste e aquela identificada entre o Brasil e a Europa no cenário do antigo sistema colonial: assim como o capitalismo brasileiro evoluiu para atender às necessidades da acumulação primitiva no centro (NOVAIS, 1995), a Amazônia cumpriu essa mesma função nos quadros da economia nacional. Em outras palavras, do mesmo modo que todo o sistema colonial encontrava-se subordinado



Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista – Delaíde Silva Passos

ao capitalismo mundial, o avanço das forças produtivas na Hileia brasileira ocorria conforme o ritmo, a intensidade e os interesses da acumulação de capital no binômio Rio-São Paulo.

A partir desse debate, Marques (2007) apresenta a ideia de regionalismo, isto é, a manifestação de uma região atrasada diante de um processo de avanço do capitalismo nacional. Em outras palavras, quer dizer o modo como um espaço reage à expansão das forças produtivas, chamando a atenção para as suas próprias particularidades, na medida em que são estas que trazem valor a este estudo. Sendo assim, trata-se de um “palco de reivindicações, e tanto ela (a região) quanto o regionalismo são apresentados de forma homogênea, como a ‘vontade regional’, como interesses de todos” (MARQUES, 2007, p. 65).

Dado que a desigualdade regional é um fator fundamental na identificação desse fenômeno, algumas instituições, como a Cepal, defendem que, para vencer esse atraso, é necessário ter planejamento da ação institucional, visto que somente assim seria possível lidar com o receio do capital em enfrentar os desafios de um território tão peculiar, como a Amazônia. Marques (2007) chama a atenção para o fato de que mesmo que essa abordagem tenha sentido, não podemos ignorar que tal solução depende muito de quem são os planejadores, uma vez que muitas vezes estes são de fora da região e, quando são de dentro, representam uma ínfima parcela da sociedade local.

O regionalismo é mais um dos casos particulares de lutas simbólicas onde os agentes envolvidos, quer individualmente ou em grupo, lutam por critérios de avaliação legítimos. Quando os agentes dominados na relação de força simbólica encontram-se na luta de forma isolada eles passam a aceitar a definição do dominante sobre sua identidade ou procuram assimilar a identidade do dominante a fim de esconder os traços que lembram o estigma. Porém, quando os dominados entram na luta de forma coletiva para a inversão das relações de força simbólica eles procuram impor novos princípios de divisão, num esforço pela autonomia. Esta última é entendida como poder de definição



Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista – Delaíde Silva Passos

do mundo social em conformidade com seus próprios interesses (MARQUES, 2007, p. 66).

Nesse quadro, é possível identificar a política de colonização da Amazônia pronunciada durante o Estado Novo como um meio de tornar o norte do país um instrumento voltado a atender os interesses do centro dinâmico e de uma ínfima parcela da população local. A proposta do governo federal buscava lidar não somente com as preocupações estratégicas nacionais, mas também com a crise econômica que a região passava no início dos anos 1940, em virtude da queda da produção da borracha natural. Tal crise, associada à Guerra Fria e ao novo marco regulatório nacional, colocou no tabuleiro as peças locais, nacionais e internacionais que davam bases ao projeto Marcha para o Oeste, que materializou uma campanha de colonização das regiões com “vazios demográficos”, como a Amazônia brasileira. Através desse programa, o governo projetou a forma como os militares viam regiões como o norte do país, que deveria ser ocupado, conquistado, explorado e controlado por grupos internos liderados diretamente pelo governo federal (SECRETO, 2007).

Ricardo Cassiano, por meio da sua obra *Marcha para Oeste: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil* (1970), foi o principal inspirador desse programa, uma vez que acreditava na recuperação das bandeiras como meio de conquista daquela região do país. Sua obra faz uma associação entre as bandeiras dos séculos XVII e XVIII, o avanço pelo planalto paulista no século XIX e o programa Marcha para o Oeste. A principal contribuição de Cassiano para este programa está na sua elaboração do conceito “bandeirismo”, que reforça o domínio de terras pelos bandeirantes como uma característica intrínseca da formação do Brasil, algo que para o autor faz parte do nosso processo de civilização (SECRETO, 2007). Nas palavras do próprio autor:

Mas a bandeira, como toda revolução, teve grandes reflexos: estabeleceu o ritmo da civilização brasileira; traçou a silhueta verde-física do Brasil; originou uma mentalidade mais apropriada à realização do nosso destino, em sentido contrário à que só via o litoral. Portanto, os seus resultados estão presentes em nós. Como presente está ela



**Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista –
Delaíde Silva Passos**

própria quando hoje se repete o fenômeno em “horizonte cultural” diverso. Assim, no século XX o bandeirismo nos oferece dois aspectos: o primeiro, o da expansão geográfica [...] o segundo aspecto, o bandeirismo imposto pela grandeza conquistada (CASSIANO, 1970, p. 624-625).

Cassiano defendeu que, diante do desafio de conquistar o desenvolvimento capitalista e a soberania nacional, a recuperação das bandeiras deveria ter o presidente Vargas como líder do movimento, sendo essa uma das justificativas para a centralização do poder no governo federal. De acordo com Marques (2009), para o presidente, a criação dos territórios federais e a promoção do povoamento de áreas isoladas também beneficiaria o crescimento da produção agrícola e mineral, que, por sua vez, provocaria um transbordamento para a industrialização do país, sendo este o objetivo do Estado Novo.

Além disso, uma vez que o Brasil era constituído por um mosaico, em termos políticos, socioeconômicos e demográficos, o Estado Novo buscou recriar as bandeiras mediante inúmeras expedições pelo interior do país, com o intuito de incorporar áreas isoladas do centro dinâmico (ANDRADE, 2010). Conforme a Amazônia se tornou peça fundamental nos processos de decisão do governo central, visto suas riquezas naturais e minerais e sua posição geoestratégica, passou-se a enfatizar a necessidade de intervenções racionais e centralizadas com a finalidade de colonizar a região. Sendo assim, notamos a expressão de um importante elemento do desenvolvimentismo propagado pelo Estado Novo em uma região específica do país: o planejamento estrategicamente organizado, com os problemas, objetivos e medidas previamente definidos (D'ARAÚJO, 1992).

O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora. Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem olhos voltados para o Norte, com o desejo



Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista – Delaíde Silva Passos

patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros: também estrangeiros, técnicos e homens de negócio virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse de terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro (VARGAS, 1968, p. 228).

Observamos que o projeto do governo federal combinava centralização do poder e planejamento, principalmente no que diz respeito à formação de recursos humanos e à necessidade de lidar com os problemas de infraestrutura. Ou seja, tratava-se de vencer os obstáculos trazidos pelo subdesenvolvimento em um país que contemplava conjuntamente regiões mais desenvolvidas, como São Paulo e o Distrito Federal, e outras atrasadas, como a Amazônia – “uma região geologicamente definida, à espera da técnica, a fim de que se possa transformar em imenso celeiro” (FGV, 1955).

Como dito anteriormente, a preocupação do Estado Novo em levar o progresso para as regiões mais afastadas do centro fez parte de um projeto de desenvolvimento capitalista, que, naquele momento, foi o principal direcionador político e socioeconômico do governo. Porém, tal programa estava muito mais ligado ao discurso do que à prática, visto a dificuldade de centralizar recursos para essa finalidade. Ainda assim, o programa Marcha para o Oeste teve uma forte expressão simbólica, na medida em que trouxe a Amazônia para debate (ANDRADE, 2010). Por último, vale ressaltar que, mesmo defendendo um projeto pautado nos interesses nacionais, Vargas (1954, p. 10 apud MARQUES, 2009, p. 58) sempre deixou clara a necessidade de “contribuição” do capital estrangeiro tanto para o país quanto para a Amazônia.

Em suma, a participação da Amazônia na defesa da industrialização naquele momento tinha duas vertentes: 1) a colonização, com a Marcha para o Oeste, que se configurava como um suporte ideológico, dando a migração como alternativa ao vazio populacional; 2) a política econômica, que evidenciava a associação do capital estrangeiro com os interesses nacionais como meio para alcançar o progresso econômico da nação.



Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista – Delaíde Silva Passos

Para o presidente Vargas, apesar de a beleza amazônica encantar a todos que a visitavam, era preciso dominá-la, no sentido de ligar esta região ao programa de industrialização liderado pelo Sudeste. Isto é, a Amazônia brasileira estava inserida em um projeto maior e, por isso, sua incorporação ao restante do país por meio de uma política de colonização era fundamental. Logo, o controle e a exploração das potencialidades regionais, tais como o manganês, a juta e o petróleo, eram vistos como o caminho a ser seguido. Em decorrência da propagação dessa perspectiva, o bioma começou a receber alguns discípulos do presidente Vargas. Estes deveriam investir em infraestrutura, buscando valorizar as riquezas regionais capazes de contribuir para o avanço das forças produtivas nacionais e locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de desenvolvimento capitalista do governo Vargas (1930-1945) ocorreu em um espaço econômico cujo avanço do capitalismo resultou no subdesenvolvimento, em uma relação fluida e instável com o capital internacional e em uma burguesia que não está comprometida com a formação de um sistema econômico nacional, mas com a sobrevivência do seu *status quo* e do próprio capitalismo dependente. Empiricamente, vimos esse cenário se apresenta na política de colonização do governo Vargas, mais especificamente no programa *Marcha para o Oeste*. Em outras palavras, acreditamos que tal programa incorporou a Amazônia ao capitalismo brasileiro e mundial, de modo que esta cumprisse a função de fornecedora de matérias-primas e recursos estratégicos, estabelecendo-se como uma das últimas fronteiras para a valorização do capital.

Tentamos entender que ao contrário do que afirmaram os discursos políticos da época, a burguesia interna não procurava integrar as diferentes regiões do país, mas realizar uma política de colonização que permitisse a incorporação do norte brasileiro ao capitalismo mundial como um enclave, isto é, uma região cuja função é atender a valorização do capital em escala global a partir da drenagem de uma parte da renda para fora. Além disso, é importante destacar que se as políticas da época, como a *Marcha para*



Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista – Delaíde Silva Passos

o Oeste, tivessem o interesse de integrar e realizar uma política de desenvolvimento, elas não teriam desconsiderado por completo os índios e as populações que viviam naquele local, expropriando-os violentamente de suas terras pelo fato de seus respectivos modos de produção não estarem de acordo com a lógica do lucro.

Ademais, a concepção de desenvolvimento apontada no discurso do Rio Amazonas, ao envolver o controle dos meios por parte do Estado, ela está defendendo um Estado imbuído de valores e lideranças do Sudeste. Essa ideia torna-se um problema, na medida em que as especificidades da região amazônica não são conhecidas por aqueles que promovem a colonização do bioma. Como consequência desta ignorância, ainda que nos discursos os elementos locais tenham sido valorizados, as políticas, como a Marcha para o Oeste, reproduziram uma expansão violenta e extensiva para floresta, sem levar em consideração as populações tradicionais daquele espaço. Acreditamos que mesmo que tenhamos tido um avanço no projeto de desenvolvimento capitalista defendido pelo Estado Novo, o qual teve uma postura mais nacionalista quando comparada com as lideranças anteriores, tivemos a partir do Discurso do Rio Amazonas a reprodução de elementos que estruturam e fortaleceram a nossa condição de país subdesenvolvido, algo ainda mais explícito quando se trata de um espaço que fica na periferia da periferia.

Sendo assim, sintetizamos como resultados deste processo: 1- as disparidades regionais entre Amazônia e o Centro-Sul do país continuaram a ser exploradas como condição para a expansão do capitalismo brasileiro; 2- o avanço dos grandes trustes internacionais para periferia, incentivados pelos programas de colonização, revelaram que a relação do capital internacional com o espaço econômico subdesenvolvido impede a formação de um sistema econômico nacional; 3- as dificuldades em obter o financiamento necessário para os investimentos bases para o desenvolvimento das nossas forças produtivas foi um dos aspectos da nossa dependência mais citado pelos discursos do Estado Novo; e 4- a falta de um nacionalismo consciente, homogêneo e integrado por parte das classes dominantes internas impediu que as políticas do primeiro governo Vargas, tanto em termos gerais quanto para a Amazônia especificamente, impediu estimular um processo que combinasse desenvolvimento econômico, democracia e autonomia nacional.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Rômulo de Paula. *Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política I” redescobrem a Amazônia (1940-1941)*. Bol. Mus. Belém, v. 5, n 2, p. 453-468, mai-ago 2010.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro C. Dutra. “Desenvolvimento, economia e sociedade na Era Vargas”. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro C. Dutra. *A Era Vargas: desenvolvimentismo, econômica e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1937)*. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 15 de março de 2015.

BRASIL. Constituição. “Decreto-lei nº 24.156, de 23 de abril de 1934”. Crea a Escola de Aperfeiçoamento dos Correios e Telégrafos. In: *Constituição da República Federativa*. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos deputados, 1934b.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porá, Iguacu. In: BRASIL. *Coleção de Leis do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 5, col. 1, 1943a.

BRASIL. Constituição. “Decreto-lei nº 1.985, de 29 de março de 1940”. Decreta o Código de Minas de 1940. In: *Constituição da República Federativa*. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos deputados, 1940.

CAMPOS, F. A. de. *A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*. Campinas, 2009. 227 f. (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, UNICAMP.

CORSI, F. “O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira”. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro C. Dutra. “A Era Vargas: desenvolvimentismo, econômica e sociedade”. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CORSI, Francisco. *Política Externa e Desenvolvimento no Estado Novo*. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/141.pdf>. Acesso em: 05 de novembro de 2014. UFRJ, 2007.



**Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista –
Delaíde Silva Passos**

CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. Editora Virtual Books online M&M, Editora Ltda, 2000. Disponível em Virtualbooks.com.br.

D'ARAUJO, Maria Celina. “Amazônia e desenvolvimento a luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. N. 19, ano 7, jun 1992.

DINIZ, Clélio C. *Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional*. Nova Economia, Belo Horizonte, maio-agosto de 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. (1955), *Curso de Planejamento Regional*. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Rio de Janeiro, FGV.

FURTADO, Celso. *Análise do Modelo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1972.

_____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARQUES, Gilberto. *Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira*. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MARQUES, I. C. R. *Território Federal e mineração de manganês: gênese do Estado do Amapá*. Rio de Janeiro, 2009. 286 f. (Tese de doutorado). CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E NATURAIS – CCMN. UFRJ.

MELLO, Leonel I. A. “A geopolítica do Brasil”. In: *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Ed. Da Universidade do Amazonas, 1997.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na Crise Do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1995. Introdução e Cap. 2. “Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial”.

PAZ, A. *Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica*. Belém: Paka-Tatu, 2014.

ROSA, L. B. R. de A. *Minério de ferro: políticas oficiais: planos empresariais*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1998.

SECRETO, V, M. “A ocupação dos ‘espaços vazios’ no governo Vargas: do ‘Discurso do rio Amazonas’ à saga dos soldados da borracha”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-135.



**Amazônica E Desigualdade Regional Como Meios Do Desenvolvimento Capitalista –
Delaíde Silva Passos**

SILVA, M. L. da. A (onto) gênese da nação nas margens do território nacional – o projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956). São Paulo, 2007. 179 f. (Dissertação de mestrado). PUC-SP.

SODRÉ, N. W. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. 1. ed. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1941.

VALE. Vale – Nossa História. 2012. Disponível em:
<<http://www.vale.com/PT/aboutvale/book-our-history/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 14 de abril de 2015.

VARGAS, G. D. “A Nova Política do Brasil”. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938 Apud SECRETO, V, M. *A ocupação dos ‘espaços vazios’ no governo Vargas: do ‘Discurso do rio Amazonas’ à saga dos soldados da borracha. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-135.

VARGAS, Getúlio. “Discurso do Amazonas”. In: BRASIL. *Valorização econômica da Amazônia: subsídios para seu planejamento*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa nacional, 1954.

VARGAS, Getúlio. *O Discurso do Rio Amazonas*. In: **Operação Amazonas (Discursos)**. Belém: SUDAM, 1968.